



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ GONZAGA
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO - SEMAD**

LEI Nº. 5.551, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015.

Estima a receita e fixa a despesa do Município de São Luiz Gonzaga para o Exercício Financeiro de 2016.

O Prefeito Municipal de São Luiz Gonzaga (RS). Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou, e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1.º Esta Lei estima a Receita e fixa a Despesa do Município para o exercício financeiro de 2016, compreendendo:

I — o Orçamento Fiscal, referente aos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Pública Municipal Direta;

II — o Orçamento da Seguridade Social, abrangendo todas as entidades e órgãos da Administração Direta.

CAPÍTULO II

DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

**Seção I
Da Estimativa da Receita**

Art. 2º A Receita Orçamentária é estimada, no mesmo valor da Despesa Orçamentária, em R\$ 78.812.000,00 (setenta e oito milhões e oitocentos e doze mil reais)

Art. 3º A estimativa da receita por Categoria Econômica, segundo a origem dos recursos, será realizada com base no produto do que for arrecadado, na forma da legislação vigente e de acordo com o seguinte desdobramento:

| ESPECIFICAÇÃO | RECURSOS LIVRES | RECURSOS VINCULADOS | TOTAL |
|---|-----------------|---------------------|---------------|
| 1 – RECEITAS CORRENTES | 26.694.750,00 | 51.052.200,00 | 77.746.950,00 |
| Receita Tributária | 5.014.360,00 | 3.737.640,00 | 8.752.000,00 |
| Receita de Contribuições | | 2.702.000,00 | 2.702.000,00 |
| Receita Patrimonial | 100.000,00 | 2.457.000,00 | 2.557.000,00 |
| Receita Agropecuária | | | |
| Receita Industrial | | | |
| Receita de Serviços | 6.950,00 | 35.000,00 | 41.950,00 |
| Transferências Correntes | 20.937.840,00 | 41.470.160,00 | 62.408.000,00 |
| Outras Receitas Correntes | 635.600,00 | 650.400,00 | 1.286.000,00 |
| 2 – RECEITAS DE CAPITAL | | 910.000,00 | 910.000,00 |
| Operações de Crédito Internas | | | |
| Operações de Crédito Externas | | | |
| Transferências de Capital | | 910.000,00 | 910.000,00 |
| Alienação de Bens | | | |
| Outras Receitas de Capital | | | |
| | | | |
| 7 – RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIAS | | 8.533.250,00 | 8.533.250,00 |
| Receita de Contribuições – Intraorç. | | 8.533.250,00 | 8.533.250,00 |
| Receita Parimonial – Intraorç. | | | |

“Doe órgãos, doe sangue, salve vidas”.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ GONZAGA
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO - SEMAD

| | | | |
|---|---------------|----------------|----------------|
| Outras Receitas Correntes – Intraorç. | | | |
| | | | |
| 8 – RECEITAS DE CAPITAL INTRAORÇAMENTÁRIAS | | | |
| Alienação de Bens – Intraorç. | | | |
| Amortização de Empréstimos – Intraorç. | | | |
| Outras Receitas de Capital – Intraorç. | | | |
| | | | |
| 9 – DEDUÇÕES DA RECEITA | | | 8.378.200,00 |
| DEDUÇÃO DA RECEITA DE IPTU | (48.000,00) | (52.000,00) | (100.000,00) |
| DEDUÇÃO P/FORMAÇÃO DO FUNDEB | | (8.278.200,00) | (8.278.200,00) |
| TOTAL | 26.646.750,00 | 52.165.250,00 | 78.812.000,00 |

Seção II
Da Fixação da Despesa

Art. 4º A Despesa Orçamentária, no mesmo valor da Receita Orçamentária, é fixada em R\$ 78.812.000,00 (setenta e oito milhões e oitocentos e doze mil) sendo:

- I - No Orçamento Fiscal, em R\$ 44.215.250,00 (quarenta e quatro milhões, duzentos e quinze mil e duzentos e cinquenta reais);
- II - No Orçamento da Seguridade Social, em R\$ 34.596.750,00 (trinta e quatro milhões, quinhentos e noventa mil e setecentos e cinquenta reais);

Art. 5º A despesa total fixada apresenta o seguinte desdobramento:

| GRUPO DE DESPESA | RECURSOS LIVRES | RECURSOS VINCULADOS | TOTAL |
|--|-----------------|---------------------|---------------|
| 3. DESPESAS CORRENTES | 23.397.250,00 | 48.135.000,00 | 71.532.250,00 |
| 3.1 - Pessoal e Encargos Sociais | 10.725.850,00 | 33.365.500,00 | 44.091.350,00 |
| 3.1 - Pessoal e Encargos Social Operações Intraorçamentárias | 4.702.750,00 | 3.425.500,00 | 8.128.250,00 |
| 3.2 - Juros e Encargos da Dívida | 315.000,00 | 0,00 | 315.000,00 |
| 3.2 - Juros e Encargos da Dívida Operações Intraorçamentárias | 280.000,00 | 0,00 | 280.000,00 |
| 3.3 - Outras Despesas Correntes | 7.373.650,00 | 11.344.000,00 | 18.717.650,00 |
| 3.3 - Outras Despesas Correntes Operações Intraorçamentárias | | | |
| 4. DESPESAS DE CAPITAL | 1.145.000,00 | 1.656.500,00 | 2.801.500,00 |
| 4.1 – Investimentos | 150.000,00 | 1.656.500,00 | 1.806.500,00 |
| 4.1 – Investimentos – Op.Intraorçamentárias | | | |
| 4.2 - Inversões Financeiras | | | |
| 4.2 – Inversões Financeiras – Op.Intraorçamentárias. | | | |
| 4.3 – Amortização da Dívida | 870.000,00 | 0,00 | 870.000,00 |
| 4.3 – Amortização da Dívida – Op.Intraorçamentárias. | 125.000,00 | 0,00 | 125.000,00 |
| RESERVA DE CONTINGÊNCIA | 640.000,00 | 3.838.250,00 | 4.478.250,00 |
| | | | |
| | | | |
| TOTAL | 25.182.250,00 | 53.629.750,00 | 78.812.000,00 |



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ GONZAGA
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO - SEMAD**

Art. 6º Integram esta Lei, nos termos do art.8º da Lei Municipal nº 5.540/2015, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o Exercício Financeiro de 2016, os anexos contendo os quadros orçamentários e demonstrativos das Receitas e Despesas, a programação de trabalho das unidades orçamentárias e o detalhamento dos créditos orçamentários.

**Seção III
Da Autorização para Abertura de Créditos Suplementares**

Art. 7º Ficam autorizados:

I – Ao Poder Executivo, mediante Decreto, a abertura de Créditos Suplementares até o limite de sete por cento da sua despesa total fixada, compreendendo as operações intraorçamentárias, com a finalidade de suprir insuficiências de dotações orçamentárias, mediante a utilização de recursos provenientes de:

- a) anulação parcial ou total de suas dotações;
- b) incorporação de superávit e/ou saldo financeiro disponível do exercício anterior, efetivamente apurados em balanço;
- c) excesso de arrecadação.

II – Ao Poder Legislativo, mediante Resolução da Mesa Diretora da Câmara, a abertura de Créditos Suplementares até o limite de sete por cento de sua despesa total fixada, compreendendo as operações intraorçamentárias, com a finalidade de suprir insuficiências de suas dotações orçamentárias, desde que sejam indicados, como recursos, a anulação parcial ou total de dotações do próprio Poder Legislativo.

Parágrafo único. Também poderá ser considerado como superávit financeiro do exercício anterior, para fins da alínea b do inciso I do caput, os recursos que forem disponibilizados a partir do cancelamento de restos a pagar durante o exercício de 2016, obedecida a fonte de recursos correspondente.

Art. 8º No caso do Poder Executivo, o limite autorizado no artigo 7º, inciso I, não será onerado quando o crédito suplementar se destinar a atender:

- I — insuficiências de dotações do Grupo de Natureza da Despesa 1 — Pessoal e Encargos Sociais, mediante a utilização de recursos oriundos de anulação de despesas consignadas ao mesmo grupo;
- II — despesas decorrentes de sentenças judiciais, amortização, juros e encargos da dívida;
- III — despesas financiadas com recursos provenientes de operações de crédito e alienação de bens.

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 9º A utilização das dotações com origem de recursos provenientes de operações de crédito e alienação de bens fica limitada aos efetivos recursos assegurados, nos termos do art. 24 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2016.

Art.10 Fica o Poder Executivo autorizado a realizar operações de crédito, observados os preceitos legais aplicáveis à matéria.

Art. 11 Obedecidas as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias, as transferências financeiras destinadas à Câmara Municipal serão disponibilizadas até o dia 20 de cada mês.

Art. 12 O Prefeito Municipal, nos termos do que dispuser a Lei de Diretrizes Orçamentárias, poderá adotar mecanismos para utilização das dotações, de forma a compatibilizar as despesas à efetiva realização das receitas.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ GONZAGA
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO - SEMAD**

Art. 13 Ficam automaticamente atualizados, com base nos valores desta Lei, o montante previsto para as receitas, despesas, resultado primário e resultado nominal previstos nos demonstrativos referidos nos incisos I e III do art. 2º da Lei Municipal nº 5.540/2015, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2016, em conformidade com o disposto nos §§ 1º e 2º do mesmo artigo.

Art. 14 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Luiz Gonzaga-(RS), em 08 de Dezembro de 2015.

Junaro Rambo Figueiredo

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

Alex Rodrigo V. Nunes
Secretário Municipal da Administração e Desenvolvimento